

Título original:
Desigualdades em Portugal

© Cooperativa Outro Modo, os autores e Edições 70 Lda., 2011

Capa de FBA

Depósito Legal n.º 337121/11

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

DESIGUALDADES EM PORTUGAL

Desigualdades em Portugal / org. Renato
Miguel do Carmo. – (Coleção de bolso le mon-
de diplomatique ; 2)

ISBN 978-972-44-1698-4

I - CARMO, Renato Miguel Emídio do, 1971-

CDU 316
364

Paginação:
MJA

Impressão e acabamento:
Papelmunde, SMG, Lda.
para

EDIÇÕES 70, LDA.

em

Dezembro de 2011

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa
por Edições 70

EDIÇÕES 70, Lda.

Rua Luciano Cordeiro, 123 – 1.º Esq.º – 1069-157 Lisboa / Portugal

Telefs.: 213190240 – Fax: 213190249

e-mail: geral@edicoes70.pt

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível
de procedimento judicial.

Desigualdades em Portugal

Problemas e propostas

COORDENAÇÃO DE:

RENATO MIGUEL DO CARMO

70

LE MONDE *diplomatique*

edição portuguesa

ÍNDICE

DESIGUALDADES: O GRANDE DÉFICE PORTUGUÊS	
<i>Renato Miguel do Carmo</i>	9
PORTUGAL, UMA DEMOCRACIA DUAL	
<i>Filipe Carreira da Silva e Mónica Brito Vieira</i>	23
DESIGUALDADES SOCIAIS E AÇÃO COLETIVA NA SOCIEDADE PORTUGUESA	
<i>Nuno Nunes e Josué Caldeira</i>	35
IGUALDADE E DIFERENÇA: GÊNERO E CIDADANIA EM PORTUGAL	
<i>Sofia Aboim</i>	47
O QUE VALE O TRABALHO? A ECONOMIA PORTUGUESA COMO FONTE DE DESIGUALDADES	
<i>José Reis</i>	49
QUÃO REGULADORA É A REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO?	
<i>António Dornelas</i>	71

se deixe enredar pela ideologia como dogma mas como princípio de orientação prática, nem se transverta no mero marketing político de maneira a iludir a prática que a cada passo desmente as boas intenções da retórica. Precisamos da política como prática que encare a realidade de frente de maneira a transformá-la no sentido de uma sociedade e de uma economia mais justas mas também mais funcionais.

PORTUGAL, UMA DEMOCRACIA DUAL

Por **FILIPE CARREIRA DA SILVA**
e **MÓNICA BRITO VIEIRA (*)**

Dos vários ideais inscritos no ADN da democracia, um assume particular saliência – a exigência duma igualdade de voz política, transversal a classe, etnia, género ou credo. Uma igualdade que desde Atenas se quis materializada, não apenas num direito formal de participação no processo político, mas numa oportunidade efetiva de falar, e ser ouvido, nesse mesmo processo. A ideia de participação vem de «parte», de ser parte dalguma coisa. Transferindo para o contexto democrático, participar significa, pois, antes de mais, tomar parte da coisa pública, no duplo sentido de inclusão (ou *fazer parte de*)

(*) Com colaboração de Susana Cabaço. Ambos os autores são investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

e de dialética política (ou *tomar partido*), para fazer valer diferentes pontos de vista sobre decisões que afetam o destino coletivo.

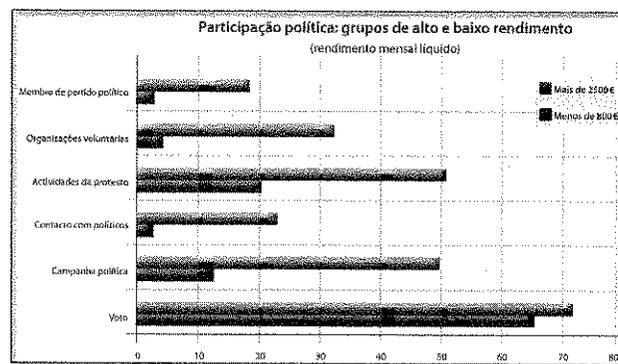
Entre o ideal e a prática democráticas, a tensão é constante. O direito de participação política tem sido – e será sempre – de maior uso para uns do que para outros. Nenhuma democracia conseguiu remover inteiramente desigualdades, tornando os seus cidadãos politicamente «equivalentes». E, em muitos casos, felizmente assim. Nem todas as opiniões são merecedoras de igual influência política. Mas uma coisa é excluir opiniões em resultado do próprio processo político democrático, outra bem diferente é sabê-las arbitrariamente dele excluídas à partida, em razão de persistentes, ou mesmo crescentes, desigualdades de facto e/ou de oportunidade. O persistente apelo do ideário democrático assenta numa promessa de justiça política pela distribuição universal da oportunidade de exercer, ou procurar exercer, poder político, entendido como poder de influência sobre o que o governo decide, ou não, fazer com os recursos públicos. Hoje, o risco que em Portugal se corre é que o crescendo de desigualdades socioeconómicas amplifique de tal forma as disparidades de voz política que a desafeição democrática substitua esse apelo.

Este facto parece escapar a muitos dos nossos analistas políticos. Quando se discutem as causas do mal-estar na democracia portuguesa, a descrença dos portugueses nas

suas instituições democráticas, ou a crescente abstenção eleitoral (aumentou cerca de 30 por cento desde 1980, em eleições legislativas), raramente se explora a fundo a relação entre as expectativas subjacentes à principiologia democrática, por um lado, e as condições socioeconómicas necessárias à sua efetivação, por outro. Criticam-se (e bem) os partidos, por se fecharem sobre si próprios, ou a falta de qualidade dos políticos, mas subestima-se algo não menos importante: o facto de a desigualdade económica se traduzir hoje em enorme disparidade de capacidade de influência política. Num dos países mais desiguais da Europa, haverá poucos problemas mais relevantes do que este.

Para se compreender a natureza deste problema é necessário ter em conta que a cidadania significa diferentes coisas para diferentes grupos de cidadãos. A cidadania é entendida por muitos passivamente, como um «dever cívico». Para estes, o «bom cidadão» é aquele que cumpre a lei, paga impostos e vota regularmente. Outros há, porém, que interpretam a sua condição cidadã de forma bem menos institucionalizada, bem mais assente na capacidade de mobilização política. Para estes, a cidadania é, antes de mais, uma plataforma de direitos de expressão cívica e política, possibilitando o desenvolvimento de ações, desde o boicote a produtos por razões éticas à participação em manifestações, passando pela adesão a diferentes grupos de interesse, no intuito de

condicionar a formulação de políticas públicas. Tal como a cidadania não se reduz a um só figurino, também o repertório de participação política democrática é mais amplo do que usualmente se imagina. Além do voto, a modalidade de participação política clássica, existem várias outras formas de mobilização cujo papel na definição da agenda política e na sua implementação não é menor do que o daquele. Referimo-nos, por exemplo, a formas de ação coletiva como protestar em manifestações, assinar petições, apoiar uma força partidária, participar em organizações voluntárias, grupos de pressão e/ou movimentos sociais com os quais se partilham causas ou especiais interesses. Outros exemplos de um novo ativismo político incluem a participação em blogues políticos, que também em Portugal vem ganhando crescentes adeptos. Reduzir o comportamento político à sua dimensão eleitoral seria, pois, deixar de fora algumas das formas mais eficazes de influência política.



Fonte: ISSP, 2004

Dito isto, percebe-se melhor como é que a desigualdade económica se faz sentir no plano do exercício da cidadania política. Uma vez que «cidadania» significa diferentes coisas para diferentes grupos, e uma vez que a capacidade destes grupos para se organizarem e ganharem visibilidade nos meios de comunicação é tudo menos semelhante, é enganador pensar-se a «cidadania» como uma categoria uniforme, universal e igualmente acessível a todos os cidadãos portugueses. Pelo contrário, a igualdade política dos portugueses é um princípio contestado, ou até negado, pela desigual estrutura socioeconómica do nosso país. O gráfico acima, em que se compara a atividade política de dois grupos de portugueses (aqueles com até 800 euros de rendimento mensal líquido, que constituem cerca de um terço da população, e os pouco

mais de 5 por cento que auferem mais de 2500), ilustra bem esta clivagem.

Há cerca de 40 anos, Adérito Sedas Nunes descrevia Portugal como uma «sociedade dualista» para se referir ao fosso que então separava o mundo tradicional em que vivia a maioria dos portugueses das ilhas de modernidade onde vivia a pequena minoria de privilegiados⁽¹⁾. Olhando para este gráfico, parece que infelizmente o diagnóstico de Sedas Nunes, de um Portugal que se move a duas velocidades, se mantém atual. Em primeiro lugar, a distância entre as elites e o resto da população não diminuiu significativamente entre 1964 e os dias de hoje. Em segundo lugar, a bipolaridade que caracteriza a sociedade portuguesa é não só socioeconómica, ou respeitante aos valores e estilos de vida, mas também, e muito significativamente, política. Os dois grupos representados no gráfico só se aproximam, verdadeiramente, na hora de votar. Em todas as outras formas de participação, muito mais exigentes do ponto de vista dos recursos necessários ao seu exercício, a diferença entre os portugueses mais desfavorecidos e as elites é esmagadora. Se o meu rendimento mensal for de 2500 euros ou mais, é seis vezes mais provável que eu seja militante de um partido político, sete vezes mais provável que eu contacte pessoalmente um representante político ou um alto fun-

(1) «Portugal, sociedade dualista em evolução», *Análise Social*, n.º 7-8, 1964.

cionário público, e oito vezes mais provável que eu faça algum tipo de atividade voluntária do que se eu ganhar menos do que o salário médio, por sinal o mais baixo da União Europeia.

Como responder a este estado de coisas? A resposta da esquerda radical portuguesa tem sido uma não resposta. Desde logo, falta-lhe representatividade. A intensidade e o extremismo das posições defendidas no âmbito de uma política intermitente de «causas» pós-materialistas, com um pendor social e culturalmente progressista, não é representativa das posições bem menos definidas e bem mais «centristas» dos cidadãos portugueses social, económica e politicamente mais excluídos (trabalhadores pouco qualificados, desempregados, reformados, etc.). Na verdade, a base social de apoio do Bloco é diferente desta: uma burguesia urbana, instruída e jovem, cujo posicionamento económico distintamente liberal tem uma coexistência, no mínimo, tensa com as pretensões socializantes do Bloco, como é visível naqueles raros momentos em que estas são explicitadas publicamente. De resto, o extremismo das posições assumidas, sobretudo em matéria de políticas económicas e fiscais, tem repetidamente inviabilizado o compromisso político com os Socialistas em questões *bread and butter*, que são afinal as que efetivamente importam aos portugueses marginalizados e excluídos. O problema que se coloca a movimentos-tornados-partidos como o Bloco é como compatibilizar

uma estratégia e agenda políticas pós-materialistas com a realidade socioeconómica de um país cujo baixo nível de desenvolvimento impede que tais práticas e valores tenham uma expressão eleitoral significativa. Perante esta contradição, e sobretudo perante os seus expectáveis custos eleitorais, na anterior legislatura o Bloco tentou aproximar-se dos Comunistas na crítica às políticas económicas e sociais do governo PS, que havia entretanto tomado conta das “questões fraturantes”, em torno das quais o Bloco construíra o seu sucesso. Todavia, a personificação dos “trabalhadores” oferecida pelo Bloco nem convenceu o eleitorado comunista, nem agradou ao seu próprio eleitorado, tendo por único resultado o afastamento ideológico face ao PS. Com perdas em todas as frentes, o Bloco tentaria um “golpe palaciano”, ao roubar a iniciativa da moção de censura ao PCP. Todavia, este acto inconsequente – de instrumentalidade flagrante e flagrantemente inapta – retiraria credibilidade ao Bloco, ao mesmo passo que daria um último fôlego de vida ao moribundo governo socialista. A pesada derrota do Bloco nas eleições da Primavera de 2011 seria testemunho disto.

A eleição de uma coligação PSD-PP, no contexto de uma crise da dívida soberana, e de uma co-responsabilização de PSD-PP-PS pela execução do plano da troika, abre novos desafios à esquerda radical. Por um lado, o envolvimento de todos os partidos do chamado “arco de governação” no pedido de ajuda externa deixa à esquerda

radical a possibilidade de monopólio sobre o crescendo da contestação social. Todavia, centrando-se esta contestação em questões do foro económico, torna-se virtualmente impossível continuar a ignorar o que o Bloco tem a dizer sobre a economia. A indefinição ideológica que o Bloco cultivou neste campo, e que lhe granjeou o apoio de um eleitorado economicamente liberal, mas, tal como ele, socialmente progressista, vê-se agora sob pressão, embora tenha ressonância nas reivindicações algo incoerentes, e, por vezes mesmo, contraditórias, do movimento social de protesto dos chamados “indignados”. Um movimento que, em sintonia com o Bloco, amalgama questões pós-materiais com reivindicações vagas de “justiça económica” e “expurgação” do sistema capitalista. Mas se é de prever que a crise conduza a um maior apoio, entre os tradicionais apoiantes do Bloco, a uma maior intervenção do Estado na economia, nem estes, nem os “indignados”, parecem dispostos a subcrever as soluções económicas coletivistas e centralistas que a clarificação ideológica da agenda económica do Bloco, muito provavelmente, poria a descoberto.

Se nas manifestações organizadas pelas centrais sindicais, sob a égide do Partido Comunista, se clama abertamente por mais Estado, já nas redes sociais que desaguardam nos acampamentos frente à Assembleia as palavras anti-ordem, anti-institucionais, e mesmo anti-Estado, são parte substancial do repertório político e da cultura

organizacional dos indivíduos e associações que através delas se conetam. Cada um destes sectores de protesto consubstancia uma das faces da dualização do mercado de trabalho que, embora generalizada, é particularmente pronunciada em Portugal. Dela resulta uma separação entre *insiders*, com emprego público, fixo e garantido, e *outsiders*, com empregos precários, remunerações baixas, direitos laborais reduzidos, e acesso à protecção social limitado. Embora a condição de uns não seja alheia à condição dos outros, a verdade é que, em Portugal, o potencial antagonismo entre estes dois grupos escapa à representação pelas forças políticas, não sendo por isso, de todo, inimaginável a unificação dos dois sectores de protesto num só. Porém, fora desses momentos de confluência epidérmica que as manifestações corporizam, a situação de *insiders* e *outsiders* é radicalmente diferente. Enquanto uns consubstanciam uma classe média de Estado, com acesso a plataformas de representação duráveis e institucionalmente reconhecidas (designadamente, os sindicatos, no âmbito da concertação social), os outros privam-se de qualquer identidade ou efeito político duradouro, ao recusarem a delegação de poder que mesmo a auto-representação implica.

Mas sem representantes duráveis, interessados em trazer a público visões coerentes do que o movimento signifique ou almeje, as intermitentes aparições públicas dos “indignados” terão dificuldade em transformar-se em

algo de politicamente mais substancial, a sua voz silenciando-se no exacto momento em que a manifestação se dispersa e perde influência política. Temos assim mais uma dualidade sócio-económica que, não obstante a sua presença implícita na acção da multidão que protesta, fica aquém de se expressar reflexivamente enquanto tal, pela recusa da separação dos interesses da sua representação, e da reflexividade que essa separação potencia.

Em suma, à capacidade que os “indignados” têm de se organizar, através das novas tecnologias da informação, para ocupar o espaço público, contrapõe-se a sua incapacidade de formar um verdadeiro *esprit de parti*, que lhes permitisse tomar parte efectiva da coisa pública, no duplo sentido, acima aludido, de inclusão e de dialéctica política.

Excluída do direito à indignação e da encenação pública do dissenso que o acampamento “indignado” corporiza, encontra-se, porém, aquela população, desempregada, reformada ou empregada, mas ainda assim no limiar da pobreza, que deixou de ter aspirações ou consciência de um direito a ter direitos, e cuja exiguidade de recursos materiais e simbólicos e arraigado sentido de ineficácia política coloca fora da rede de “eventos” susceptíveis de repercussão, directa ou media(tiza)da, sobre o sistema político.

Mais do que responder a surtos de indignação, com declarações politicamente corretas, colagens estratégicas,

ou medidas paliativas avulsas, compete aos partidos que com durabilidade integram o nosso sistema político *dar a ver* as desigualdades estruturalmente firmadas na sociedade portuguesa, construindo-lhes, para tal, uma visibilidade e uma inteligibilidade que, na ótica ideologicamente diferenciada de cada um deles, sejam potenciadoras de ação política. Ação que, para não ficar inteiramente prisioneira de grupos de interesse, de diversa distância ao poder e capacidade de pressão sobre ele, depende da articulação de princípios, à luz dos quais se torne possível tratar equitativamente os diferentes interesses em jogo, reconhecendo-lhes as áreas de conflito, e estabelecendo qual o tipo de interesses, ou de impacto sobre os interesses, que exige consideração política prioritária num determinado momento. Nenhuma política – e, por maioria de razão, nenhuma política de ajustamento macro-económico – é isenta de custos. A repartição desses custos, e dos sacrifícios que uns cidadãos terão inelutavelmente de fazer pelos outros, na base de uma apta representação da forma como cada grupo é parte implicada, e também, parte interessada, no destino do outro, é porventura a questão central da política portuguesa, no contexto de uma crise económica que se arrisca a aprofundar desigualdades e a colocar alguns dos nossos co-cidadãos abaixo do limiar do reconhecimento democrático.

DESIGUALDADES SOCIAIS E AÇÃO COLETIVA NA SOCIEDADE PORTUGUESA

Por NUNO NUNES e JOSUÉ CALDEIRA(*)

A relevância do estudo da ação coletiva e dos movimentos sociais cresce quando, no atual contexto societal e de historicidade da modernidade, se verificam mudanças profundas no funcionamento das sociedades modernas e capitalistas, nas suas dimensões institucionais e culturais, aos níveis económico, político e social, e quando novos desafios e dilemas se colocam no domínio das identidades culturais e pessoais.

Aprofundar a temática e problemática das desigualdades sociais constitui uma exigência social, ética, moral e naturalmente sociológica. A questão das desigualdades sociais recobre uma multiplicidade de processos e dimensões das relações sociais: desigualdades económi-

(*) Respetivamente, sociólogo e economista.